

PORTUGUÊS INTERNACIONAL: ALGUNS ARGUMENTOS

Diana Santos
Linguatca & Universidade de Oslo
d.s.m.santos@ilos.uio.no

Em alguns casos, uma língua está decididamente associada a uma consciência nacional, como muito bem disse Weinreich, que uma língua é um dialeto com um exército (veja-se também Andersen (2005) para outra problematização interessante).

Contudo, no caso das línguas coloniais, como o português, o inglês, o espanhol e o francês, as circunstâncias históricas, e o facto de vivermos numa aldeia global, faz com que vários exércitos, povos e culturas partilhem, melhor ou pior, uma língua.

Não que não haja algumas correntes nacionalistas que querem fazer da língua uma batalha, e que querem rejeitar a herança colonial em vez de a subverter. Por exemplo, Marcos Bagno afirma na sua *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro* (2012), que o português brasileiro vem do galego (e não do português), porque o galaico-português é uma ficção!

Não que não haja práticas e interesses económicos apostados em dividir para reinar (lucrar), sobretudo na prática editorial. Por exemplo, há muito mais pessoas a enriquecer com os livros de Harry Potter (na variante inglesa, na americana, na portuguesa, na brasileira...), ou nos livros académicos em inglês: uns só à venda nos Estados Unidos, outros (outras edições dos mesmos) só na Europa. Ou nas próprias edições de clássicos em língua inglesa

– refiro a esse propósito a queixa eloquente de Hofstadter (1997) sobre a versão britânica do americaníssimo *Catchers in the rye* – ou em língua portuguesa: li os *Capitães da Areia* lusificados, muito antes de me aperceber que não estavam realmente na versão escrita por Jorge Amado. Aparentemente, os editores europeus apreciam as obras ultramarinas mas passam-nas (ou passavam-nas) pelo seu crivo editorial, enquanto os editores americanos respeitam mas mumificam os clássicos (deles e dos europeus), através de uma profusão de notas de editor que atrapalham e até irritam um leitor que a elas não esteja habituado. Por exemplo, a edição dos *Contos Escolhidos* de Machado de Assis de 2006 tem quase uma nota por página, notas essas que me parecem na sua grande maioria desnecessárias.^[1]

Com o acordo ortográfico (ou mesmo antes), penso que esta prática editorial de adaptação para a respetiva variante do português cessou no mundo lusófono, embora a distribuição de livros entre os países de língua portuguesa ainda tenha muito que melhorar.

Evidentemente que podemos seguir o exemplo do inglês e concordar e persistir em edições americanas e europeias, mas, como de costume^[2], tenho de dizer que não me parece uma boa ideia. Muito pelo contrário, acho que podemos capitalizar culturalmente não seguindo maus exemplos – ou, menos polarizadamente, apenas seguindo aqueles que nos parecem apropriados e vantajosos.

Na minha opinião, existem algumas condições que tornam o português consideravelmente diferente das outras línguas coloniais:

Em primeiro lugar, o português não é, infelizmente, ainda uma língua de comunicação internacional, como o inglês, o francês e até o espanhol. Só há pouco tempo começou a ter alguma procura em ambientes estrangeiros devido ao peso económico do Brasil, e aos interesses chineses em África. Por isso a esmagadora maioria de falantes do português tem-no como língua materna ou oficial.

¹ Em *engrolando sonolentemente um trecho de Enemias ou qualquer outro profeta menor*, explicar mais precisamente quem foi Enemias não é importante para o texto. E explicar o nome moderno do Largo do Paço na passagem *contos de outros tempos comprados a tostão, debaixo do passadiço do Largo do Paço* parece-me um completo anacronismo.

² Em várias ocasiões argumentei que era errado seguir a língua dominante ou a cultura dominante cegamente, a mais importante das quais foi a que presidiu à criação da própria Linguateca... ver Santos (1999a,b).

Em segundo lugar, a nossa língua tem três tipos de países que o falam: 1. Portugal, 2. Brasil, e 3. os países africanos de língua oficial portuguesa e Timor Leste, com separações da metrópole entre o Brasil e os países do grupo 3 com 150 anos de distância, e com situações linguísticas bem diversas entre eles (desde uma forte penetração do português em Angola até casos em que a língua oficial é falada, não como língua materna, por uma pequena percentagem dos cidadãos, como na Guiné Bissau ou em Timor).

Dadas estas duas condições no princípio do século XXI (muito diferentes, naturalmente, do princípio do século XVI!), repetindo, (ainda) poucos realmente estrangeiros a falar português e variedades diferentes com relativamente pouco contacto entre elas e com situações linguísticas muito distintas, temos, na minha opinião, dois caminhos opostos: ou apresentar e defender o português como língua internacional, coesa e que interessa aprender toda como organismo vivo e representando um desafio cultural, ou insistir nas nossas especificidades e desenvolver e fazer finca-pé no brasileiro, no luso, no angolano...

Penso que amar uma língua não significa preferir o bairrismo do que se aprendeu na infância como a língua perfeita (semelhante ao que Bertrand Russell chamava, no mundo científico, “provincialismo no tempo”^[3]). De facto, pode e deve, na minha opinião, significar tentar compreender um universo muito maior, a que temos direito – e acesso direto! – graças ao nosso nascimento, universo esse em que nos movemos e para cuja expansão podemos contribuir e torná-lo num lugar melhor (... ou fazer o contrário).

A visão do português como língua pluricêntrica

O português é, na opinião de alguns linguistas (com destaque para Augusto Soares da Silva, cf. Soares da Silva et al. (2011) ou Soares da Silva (2014, 2015)), uma língua pluricêntrica, no sentido de que tem vários centros: e daí, aceitando a metáfora da cidade/polis, várias periferias. Ora parece-me

³ Nas palavras de Karlgren (1990), como editor da conferência COLING em linguística computacional em Helsínquia em 1990: *Like other established domains, computational linguistics risks to become isolationistic. By far the most common critical comment by referees on any category of papers was that the author had overseen or left unmentioned relevant earlier work. It is a symptom of what Bertrand Russell called Provincialism in Time if for a topic of a general nature the list of references includes only items from the last decade.*

que um centro é subjetivo, volátil, e modificável – de facto, é inegável que *distribuído* e *descentralizado* são palavras que aumentaram significativamente o seu estatuto com a globalização. Se empregarmos outra metáfora como a dos ventos, reparamos que os ciclones e os anticiclones vão variando a posição, e que por vezes o centro ou epicentro cresce nos locais mais inesperados – o que me parece ser um bom modelo para as influências culturais ou modas, que não são controladas ou planeadas por ninguém, ou pelo menos não de forma centralizada!

Gostaria pois de contrabalançar um pouco esta ideia de línguas pluri-cêntricas, com centros bem definidos e estáveis, apontando que uma língua viva é sempre varrida (assolada?) por um vendaval de diferentes influências e modas, e comunicações, que a mantém em mudança constante. O que não significa que não possa haver políticas da língua nem intervenções criteriosas no sistema de ensino ou na prática da publicação, como sugerirei mais à frente.

Embora de um ponto de vista estritamente metodológico possa fazer sentido o postular de centros que podem ir divergindo ou convergindo, como Soares da Silva (2008, 2014) faz, esse modelo tem como pilares a identificação de uma variante com o país/nação em que é falada, um modelo profundamente político e não necessariamente linguístico.

A minha proposta em poucas palavras

Neste artigo, vou defender uma ideia simples: não desprezando de forma alguma o estudo empírico de todas as formas de falar e escrever em português, e não desbaratando ou minimizando as diferenças, ou características especiais, de nenhum (grupo de) falante(s), parece-me que deveríamos trabalhar para a construção de um português internacional, em que sejam aceites e apreciados todos os sons e formas dos “portugueses” no mundo.

Deveríamos trabalhar para que seja possível compreender um ben-guelense, um baiano e um alentejano, aceitando as suas especificidades, estudando e respeitando formas diferentes de português, em vez de lutar por uma variante vetusta que só existe na nossa imaginação, numa lingualândia artificial e deslavada. (Porque mesmo na nossa infância nos deparámos com

muitas pessoas falando diferentes dialetos ou socioletos... só que a memória é seletiva, e a história negociável...)

Dadas as novas tecnologias, é perfeitamente possível, e desejável, ter uma televisão (ou um canal) digital internacional que mostre programas e pessoas de todos os cantos do mundo em português.

E parece-me importante defender, não só nem especialmente um vocabulário ortográfico autorizado, mas uma gramática e um léxico comuns^[4] que sejam os primeiros a ser ensinados às crianças – e aos estrangeiros. Às crianças, através dos livros infantis. Aos estrangeiros, através dos livros pedagógicos. Sobre cada um destes casos falarei de seguida.

Quanto às traduções de qualquer outra língua para o português... talvez a forma mais fácil de intervir – faz todo o sentido que sejam para um português internacional. Começo por estas últimas.

A tradução é diferente

Todos os estudiosos de tradução sabem que um texto traduzido forma uma terceira linguagem, nem carne nem peixe, que dá origem ao tradutês (ver Santos 1998). Por outras palavras, quer o tradutor siga uma estratégia de domesticação quer de estrangeirização, a língua e o conteúdo são sempre estranhos à língua e cultura de chegada. E, por essa razão, a língua de chegada não é um dado adquirido, mas pode ser construída (e é-o sempre) pelos tradutores. E por isso poderia ser – esta é a minha proposta – escrita no que chamo o PI, o português internacional, ou seja, uma variedade da língua que tende para o comum, que evita bairrismos e palavras ou expressões apenas de uma variante e não de todas.

De facto, a maior parte dos textos literários lidos (publicados) no Brasil e em Portugal são traduzidos! Veja-se Assis Rosa (1996) e Wyler (2003). Repare-se portanto na grande quantidade de texto publicado em português que poderia ser comum, e contribuir para o entendimento em vez de para a separação dos povos.

Veja-se, por exemplo, outra vez o Harry Potter: será que é necessário ter duas traduções para os neologismos (em inglês) de J.K. Rowling, como a

⁴ Os detalhes de como fazer isto, e até que ponto é praticável, terão de ser deixados para outra ocasião, mais técnica.

tradução de *screamer* para *gritador* (na tradução portuguesa) ou para *berrador* (na tradução brasileira)? Berramos menos em Portugal do que no Brasil? Duvido.

Ou a questão, bem conhecida, de não ser possível transmitir exatamente o estilo e sobretudo o dialeto ou os regionalismos, numa tradução. Porque não aproveitar as partes marcadas de texto para dar a conhecer outras variedades do português? Adaptando se necessário for o texto original, como de facto tem acontecido com os clássicos infantis através dos tempos. Veja-se a magistral adaptação de *Little Women* para *Quatro raparigas*, por Maria Paula de Azevedo. Ou as variadíssimas formas de traduzir os textos de Lewis Carroll para português, já merecedores de vários estudos (Silva & Fromm, 2012, Santos & Simões, 2015).

Por outro lado, se os leitores brasileiros não reconhecerem brasilianidade nas traduções, ou aos leitores portugueses uma tradução lhes soar estranha, isso pode realmente constituir-se numa vantagem, visto que os textos não são nem brasileiros nem portugueses. De facto, o tradutês já influenciou e mudou muito as variedades locais. Basta ver a facilidade com que sócias enganadores como *submeter*, *aceder* e outras mudanças de língua ainda mais insidiosas como a estrutura textual têm sido incorporadas na gramática do português devido à influência do inglês (agora⁵). Mais exemplos: Os *longas* no Brasil (de longa metragem), o *é suposto* em Portugal (ver Santos, 2007).

É interessante aliás especular sobre qual a influência mais perniciosa: a influência que sofrem os que conhecem a língua inglesa (e que leem regularmente nesta língua), ou a que sofrem os que a desconhecem e se encontram completamente desprotegidos em relação a mudanças inspiradas por esta, como discuti inicialmente em Santos (1998).

Questões terminológicas

Antes de me dedicar às problemáticas do livro infantil e dos manuais escolares, gostaria de mencionar algumas questões que me parecem fazer parte

⁵ O “agora” é para sinalizar que não estou a demonizar o inglês. Muitas outras línguas de importância internacional, no seu tempo, influenciaram a nossa. O exemplo que me parece mais interessante por ter sido tão bem integrado é o superlativo absoluto sintético, exemplificado por *caríssimo*, ou *divertidíssima*, que nos veio do italiano na Renascença, mas que é sentido por todos os falantes de português como absolutamente nosso.

de um processo diplomático e/ou de aproximação entre elites que reputo absolutamente merecedoras de promover ou pelo menos problematizar. Refiro-me a questões tão básicas como o nome de países “novos” em português. Não seria do mais elementar bom senso concordar na grafia e na denominação de casos em que nem portugueses nem brasileiros tinham história? Como *Irã/Irão*, *Helsínquia/Helsinki*, *Nova York/Nova Iorque*, ou *canadiano/canadense*? Ou mesmo não necessariamente concordando, verificar se um dos países já tinha promulgado um nome oficial e aceitá-lo em prol de uma língua comum? É que se há diferenças que não são causadas pelo uso nem por significarem nada (ou muito) para qualquer dos falantes das variantes, são estas.

E não são só as elites diplomáticas ou governamentais que se ignoram sobranceiramente. As elites científicas aparentemente também fazem gala nisso, como o provam palavras tão do domínio corrente como *íon/ião*, *elétron/eletrão*, *fotão/fóton*, e mais recentemente *matéria escura* ou *matéria negra* (para traduzir *dark matter*), e que não teriam razão para ser diferentes visto que têm raízes internacionais.^[6]

Ora, embora esta afirmação constitua evidentemente um exagero, parece que, sempre que fosse possível divergir, o oceano levou à divergência.

Em alguns casos, é sabido, a divergência foi historicamente herdada, como nos casos em que o inglês britânico influenciou Portugal e o estado-unidense o Brasil: *comboio* (de *convoy*) e *trem* (de *train*), *caminho de ferro* (de *railway*) e *estrada de ferro* (de *railroad*). Mas questões provenientes provavelmente até de um mesmo livro ou autor (Marshall McLuhan) como *media* e *mídia* foram simultâneas. Também não podemos ignorar diferentes escolas científicas, no resto do mundo e nem só no inglês, que para a história de cada disciplina tiveram muito (ou pouco) que ver com os termos consolidados em português.

Outros casos, como *a(c)tas* e *anais*, embora possam ter surgido por um processo natural de especialização ou de preferência em cada país, dão que pensar, dada a existência de várias conferências que juntam investigadores de língua portuguesa. Uma mesma conferência dá origem a *atas* de um lado do Atlântico e a *anais* no outro? Qual a vantagem de uma diferenciação?

6 Li um artigo ou depoimento muito interessante sobre a tradução da palavra inglesa (ou grega) *ion* na Química para português há tempos, texto que infelizmente não consegui tornar a encontrar.

E, num contexto académico, mais uma vez se vê a tendência para adaptar de maneira diferente termos estrangeiros, como é o caso de *poster* e *pôster* (pronunciado, se não escrito, com um “o” aberto em Portugal e fechado no Brasil),^[7] e que seria tão fácil de resolver se usássemos a palavra *cartaz!*^[8]

É certo que sempre que levanto o problema da terminologia aos meus colegas terminólogos recebo respostas contundentes: primeiro, que eu não percebo como é que se faz terminologia, e que não são os terminólogos que escolhem, eles limitam-se a tentar descrever o(s) uso(s) consagrado(s). O que nos leva de volta à questão de que são as elites científicas, ou técnicas, que escolhem (por vezes mal, mas esse não é um problema que nos interesse aqui) as denominações, e que muitas vezes a escolha de um termo (por exemplo de uma subdisciplina) corresponde a um sinal claro de poder. A esse respeito, compreendo que é mais fácil uniformizar num país como Portugal no começo de uma disciplina, em que os poucos eleitos concordam numa tradução consensual. Isto aconteceu com a Inteligência Artificial (IA), em Portugal no fim dos anos 80, vide Coelho & Costa (s/d), que foi logo ensinada nas universidades, mas também não aconteceu por exemplo nos conceitos relacionados com linguagens de programação (talvez por serem mais os intervenientes, ou por haver já diferentes escolas em confronto, ou por ninguém ter tido essa ideia a tempo... daí que conforme o assistente, tínhamos *ponteiros* ou *apontadores*).

Embora existisse alguma ligação entre a IA brasileira e a portuguesa, testemunhada por exemplo pela Rosa Viccari, aluna do Helder Coelho nos primórdios da IA portuguesa, houve sempre no entanto divergências terminológicas em relação a alguns termos: *sistemas periciais* em Portugal ou *sistemas peritos* no Brasil para *expert systems*, *enquadramentos* ou *molduras* para *frames*, *guiões* para *scripts*. Não considero que pluralidade terminológica seja

⁷ Sendo essa uma característica sistemática da fala e da grafia das duas variantes, a forma de a uniformizar teria de passar pela criação de uma diacrítico diferente, como propôs Gomes (2008) num ensaio muito interessante.

⁸ Sugestão de António Galves, por analogia com todos os outros cartazes que se colam nas paredes. Outros exemplos, que têm a ver com a prática académica e não com a ciência em si, são (conjuntos de) palavras como *acetato/transparência/slide*, *bolseiro/bolsista* e ... o pior de todos, na minha opinião: *doutorado/doutoramento!* Que um doutor não possa ter o mesmo grau no Brasil em Portugal, parece-me desolador.

problema, se os autores se citarem uns aos outros e referirem os outros termos, mas é problema se os faz impedir sequer de se conhecer ou comunicar.^[9]

Mas o que me interessa aqui focar é que, se aumentarmos a consciência linguística de todos os investigadores e pesquisadores em língua portuguesa, teremos mais consenso e mais colaboração e uma melhor ciência do que uma que apenas aportuguesa ou abrasileira um termo estrangeiro sem o compreender. Ao conhecer e aceitar os outros termos, mesmo não os empregando ou preferindo outros, estamos a contribuir para a discussão científica na nossa língua, algo que é absolutamente fundamental, e que deveria fazer parte dos nossos direitos linguísticos (Gomes de Matos, 2005).

Terminando este já longo parêntesis sobre a terminologia, menciono apenas que fiz a minha obrigação nessa área, promovendo e sugerindo termos que me parecem adequados, por exemplo em Santos (2008), para que remeto o leitor.

Os livros infantis

Embora a literatura infantil ainda seja muito mal tratada e considerada, não há dúvida de que cada vez mais existe um mercado e um controlo de qualidade, pelo menos em Portugal.^[10] Mas ainda existem muitos livros, sobretudo no mercado juvenil, que são traduzidos.

Uma característica importante é a de que existe, por razões culturais e históricas, um conjunto de mundos “infantis” que têm princesas e bruxas e lobos embora nenhuma destas personagens exista minimamente no quotidiano das crianças a quem os livros são destinados. Da mesma forma, castelos, palácios, soldados e moleiros, e até bosques (no Brasil) fazem parte da terminologia do imaginário infantil e não têm qualquer correspondência no mundo real da criança. Deve ser por isso (ou porque as crianças e os adultos que as rodeiam, ao ler, não estão especialmente interessados no mundo real) que existe muita literatura fantástica para todas as idades.

⁹ É preciso referir que situações análogas, e igualmente prejudiciais em termos de conhecimento científico e camaradagem académica, acontecem em todas as línguas, disciplinas e culturas. Sendo portanto este um problema presente entre muitas disciplinas em Portugal e no Brasil, não é de forma alguma especialmente lusófono.

¹⁰ A razão por apenas me focar em Portugal neste ponto é pessoal, por apenas conhecer este mercado, não é por ter má impressão do mercado brasileiro ou de qualquer outro.

Note-se a propósito como anedota que mesmo erros crassos de tradução e interpretação – como os sapatos de vidro em vez de camurça da Gata Borradeira/Cinderela, com a ajuda ou culpa das produções de Walt Disney – são perpetuados porque o mundo descrito não é real nem realista.

Se falo neste assunto, que parece irrelevante para o português, é para chamar a atenção de que “mais uma vez” e ao contrário do que um leitor desprevenido poderia pensar, os livros infantis, mesmo escritos por portugueses ou brasileiros, não estão necessariamente muito ancorados na realidade linguística ou social. Um dinossauro ou um dragão ou um robô não são sentidos (acho eu) como algo que faça parte de uma identidade pessoal ou nacional (embora haja, claro, monstros e heróis nacionalíssimos, como os papões, os Tiradentes, as padeiras de Aljubarrota ou as mouras encantadas). Aqui faço uma exceção em relação aos livros infantis africanos, em que penso que há essa preocupação, talvez por surgirem numa altura relativamente perto da independência e de afirmação nacional e por serem escritos por autores com uma postura diferente.^[11] Além disso, considero uma infelicidade o facto de que a maior parte dos livros didáticos (quer descrevendo objetos e palavras, ou factos, ou ciência, ou história) são traduzidos, passando a ideia (com as respetivas imagens^[12] e atitudes) de que o conhecimento é internacional e estrangeiro e incompatível com uma visão local (e lusófona) do mundo.

Mas, voltando aos livros escritos por autores lusófonos, em todas as culturas (escritas) os pais usam-nos para transmitir inconscientemente conceitos e palavras aos filhos. Se estiverem escritos num português internacional, mas localizados em zonas concretas com fauna e flora corretas, como onças e capivaras, ou panteras e macacos, ou coelhos e raposas, todas as crianças de língua portuguesa podem ter o mesmo prazer e aprender sobre as variadas regiões sem ter a variante da língua como barreira ou causa de estranheza. Mas aceitando, e compreendendo, que uma onça prefere uma posição próclítica enquanto um burro insiste na ênclise...^[13]

¹¹ Veja-se por exemplo *Mar me quer* de Mia Couto (Moçambique) ou *A AvóDezanove e o segredo do soviético de Ondjaki* (Angola), ou mesmo *O quase fim do mundo* de Pepetela (Angola), mas são todos para um público juvenil, adolescente, jovem e não infantil.

¹² A importância das imagens é essencial – e o facto de cada vez menos serem “traduzidas” (novas imagens serem produzidas) é um factor desculturalizador e desidentificador. Veja-se por exemplo Santos (2011), acetatos 17 a 20, sobre as imagens e a sua relação com a cultura e a língua.

¹³ Pedindo desculpa aos meus colegas de linguística, para um leitor menos conversado com estas palavras explico que próclise é colocar o pronome antes do verbo (*Me dá...*), e ênclise depois (*Dá-me...*).

Livros pedagógicos

Quando se ensina a língua portuguesa a jovens ou adultos em escola (ou universidade), a situação é radicalmente diferente, não só porque os textos não podem ser totalmente naturais, mas sim artificialmente criados de acordo com uma dada progressão pedagógica, mas porque os alunos, ao contrário da aprendizagem da sua língua materna, já têm o conceito de língua estrangeira ou simplesmente língua, a qual se pode descrever e localizar. Além disso pode-se mesmo expressamente publicitar a variação nela contida, assim como é lícito escolher as regras que fizerem mais sentido pedagogicamente. Todo o professor de língua estrangeira o faz. Aliás, o mesmo se passa nas disciplinas de Português nos países lusófonos. Aquilo que era a ferramenta mais importante das crianças até ali, passa a ser objeto de estudo – nem sempre com grande sucesso, e com muitos debates sobre o papel da escola. Veja-se por exemplo a discussão em Possenti (2006) sobre a necessidade de ensinar uma língua padrão na escola.

Um livro que me parece absolutamente essencial (de promover, estudar e apreciar) é o de Klobucka et al. (2007), que foi pensado precisamente para oferecer a estudantes universitários estrangeiros de português (norte-americanos) o português como língua internacional. É interessante que (muito possivelmente por ser uma editora americana, culpada, portanto, do divisionismo entre as variantes do inglês já acima referido) falam em World Language.

A nossa abordagem para um manual para alunos do ensino secundário norueguês, Londrim et al. (em progresso), é ainda mais radical no sentido em que tentamos sempre que possível (embora mantendo, ou melhor, esforçando-nos por produzir uma certa autenticidade) ensinar um léxico comum e uma gramática comum, mas indicando sempre claramente diferenças, em três variantes do português: a brasileira, a portuguesa e a moçambicana, através de três famílias e das suas aventuras.

Comunicação entre lusofalantes

Cada vez mais a comunidade escolarizada em português tem necessidade e oportunidade de comunicar e de ler outras variantes do português, desde o mundo audiovisual à internet e às redes sociais. Um fator importantíssimo

é precisamente a Wikipédia em português, que, devido à atitude tolerante e de consenso em relação às formas de escrever, permitiu muita colaboração entre colaboradores lusofalantes de vários locais do mundo, e que confronta o utilizador diário com um “português internacional” que nasceu da cooperação e do acaso de quem começou a escrever ou continuou uma página particular.

Há dois fatores que eu gostaria de salientar: é possível, para não dizer certo, que a comunicação por correio eletrónico ou por bate-papo (já para não dizer presencial) faça com que falantes de português de variantes diferentes tentem, melhor ou pior, acomodar-se à variante do outro, tendendo pois para um português internacional incipiente. Que português na internete não recebeu um *vosso* de um brasileiro pensando que nos está a tratar bem e com respeito? Quantos brasileiros não receberam *prezados* de portugueses, que só usam *prezado* para brasileiros? O estudo da forma como se comunica na internete entre falantes de diferentes variantes ainda está por fazer, mas eu diria que seria muito produtivo, não só para apreciar o resultado (linguístico) da comunicação, mas também para identificar as ideias (muitas vezes erradas) sobre a outra variante, e sobre a sua própria, também. Um exemplo da tentativa de fusão e intercompreensão provocada pela mistura de variantes é o recente romance *Mariana, meu amor* de Margarida Rebelo Pinto, saído em 2015, em que a protagonista, portuguesa, passa o tempo no Rio a interagir com brasileiros e brasileiras que falam como brasileiros (pelo menos do ponto de vista de um português).

Há alguns meses estava num congresso em Portugal quando uma professora brasileira perguntou: “como é que vocês dizem *arado*?” Eu fiquei a pensar: porque é que *arado* devia ser especialmente brasileiro? Mas, depois de alguma reflexão, outra pergunta mais difícil surgiu: como é que, dada uma palavra qualquer na nossa variante, podemos saber se é comum ou não?

É evidente que não sou ingénua suficiente para pensar que as variantes desaparecem por haver comunicação entre elas, mas também não sou pessimista a ponto de dizer que nada se pode fazer. Para uma discussão muito interessante da dialética entre a separação e a junção nas línguas humanas, remeto para Steiner (1992). Mas acredito que todos têm um papel a dizer e a contribuir numa sociedade linguística, e que a discussão e a ação, mesmo que apenas pontual, pode vir a ter um efeito borboleta.

O problema da ignorância

A comunidade linguística dos dois países mais antigos (e mais poderosos, por isso, em termos de língua) fez há pouco (?) um pacto implícito de descrever cada variante por si, ou delimitar muito bem o “seu” torrão.^[14]

Penso que isso é muito mau para a nossa língua, porque leva – precisamente por parte dos profissionais e estudiosos que deviam conhecer a língua (toda) melhor – a um grande ignorância mútua. E a uma divisão de trabalho que é pouco eficiente e pouco produtiva, se, por exemplo, de ambos os lados do Atlântico se fizerem descobertas semelhantes ou se se laborar em erros provenientes de estereótipos ou falta de interesse. Dou alguns exemplos em Santos (2015b), que não devem ser vistos como críticas específicas aos pesquisadores ou aos trabalhos em questão. Muito pelo contrário, são apenas exemplos tirados de publicações de qualidade.

E em Taveira & Santos (2015), ao estudar as entrevistas compiladas pelo núcleo português do Museu da Pessoa, foi-nos dado apreciar que, afinal, muitos dos desvios conhecidos no Brasil também acontecem no Norte de Portugal...

Penso que ninguém me pode assacar falta de interesse por estudos empíricos, nem por recusar o uso da intuição nativa em argumentação, visto que dediquei quase toda a minha vida profissional a criar uma infraestrutura comum para estudar a língua portuguesa^[15], e a pugnar por (pelo menos do ponto de vista computacional) tomar em conta todo o português e não apenas um setor limitado, além de chamar sempre a atenção, em contextos internacionais anglofalantes, para a necessidade de estudar cada língua por si e não como adaptação do inglês (cf. por exemplo Santos (1999c), Santos & Cardoso (2006), Gonçalo Oliveira et al. (2008)).

¹⁴ Não estando certamente incluída no dito acordo, afirmo isto com bastante confiança ao ver a recente quantidade de artigos sobre “Brazilian Portuguese” e sobre “European Portuguese”, muitos deles, senão a maior parte, simplesmente para evitar processar, estudar e conhecer outras variantes. Parecendo mostrar uma modéstia, acabam por ser ainda menos precisos, visto que, quanto mais empíricos, mais (na sua maioria) se referem por exemplo apenas ao Norte do Brasil ou à língua falada em Bragança... (estes exemplos são propositadamente inventados para ninguém se sentir diretamente visado).

¹⁵ Veja-se por exemplo a descrição da política de criação e disseminação dos corpos na Linguatca publicada em Santos (2014a), a motivação do Pálgico (Santos, 2012), ou a apresentação da Gramateca aos trabalhadores da língua no Parlamento Europeu (Santos, 2014c).

Mas se durante um certo período tive um poder e influência reais, devido a liderar a Linguateca, um projeto internacional cujo objetivo era o avanço a nível mundial do processamento computacional do português, financiado pelas autoridades portuguesas devido à visão de José Mariano Gago, e à gestão operacional de Pedro Veiga, descrito imperfeitamente em Santos (1999) e referido também brevemente em Santos (2015a), esse tempo já passou à história, e constato com alguma tristeza que a nova geração de investigadores e linguistas em geral repete os mesmos erros que eu tentei evitar: provincialismo e adaptação acrítica de novas tecnologias e conceitos do inglês.

Concluindo

Neste artigo, artigo de discussão e não técnico ou científico, torno clara, em português, a minha tomada de posição sobre a política da língua portuguesa, tentando descrevê-la e promovê-la como uma língua internacional comum e não dividida entre diferentes pequenos potentados que a puxam cada qual para seu lado e que a estraçalham em vez de a acarinhar (usando a célebre história do rei Salomão e a sua escolha da verdadeira mãe).

Trabalhadores da língua portuguesa, uni-vos! (E somos de facto todos nós, que a usamos, trabalhadores da língua.) Uma língua internacional respeitada e amada por todos, embora usada de forma muito diferente por cada um de nós, é a melhor forma de darmos valor ao maior bem que possuímos. E esse valor, concordando absolutamente com Pinto (2010), não pode ser medido ou quantificado, mas pode definitivamente ser aumentado.

Agradecimentos

Agradeço, sempre, aos que tornaram a Linguateca possível e comigo discutiram e colaboraram para a formação e consolidação das minhas ideias. Antes disso, em relação precisamente a este assunto agradeço aos meus colaboradores no Grupo de Linguagem Natural do INESC de há muito tempo, e especialmente à Anabela Barreiro, que, com as suas perguntas^[16] e próprios artigos, de certa forma suscitou e encomendou o presente texto.

¹⁶ Em especial fez-me compreender que eu não estou aqui a defender uma internacionalização do português, que ela defende em Barreiro (2016), mas a construção de um português internacional.

Referências

- ANDERSEN, Ole Stig. "A language is a dialect with a missionary", review of Raymond G. Gordon, Jr. (ed): *Ethnologue – Languages of the World*, 2005, Summer Institute of Linguistics, June 20, 2005. <http://www.olestig.dk/reviews/ethnologue.html>
- BAGNO, Marcos. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. Parábola Editorial, 2012.
- BARREIRO, Anabela. "Contributos para o aumento de qualidade na língua digital" (No presente volume).
- COELHO, Helder & Ernesto Costa. "Glossário de termos aplicados em inteligência artificial". S/d.
- GOMES, Francisco Álvaro. *O acordo ortográfico*. Edições Flumen, Porto Editora, 2008.
- GOMES DE MATOS, Francisco. "O Cientista de Língua Portuguesa e seus Direitos Linguísticos". *Revista Internacional de Língua Portuguesa* 7 (1992), pp. 79-81.
- GONÇALO OLIVEIRA, Hugo, Paulo Gomes & Diana Santos. "PAPEL: a dictionary-based lexical ontology for Portuguese". In António Teixeira, Vera Lúcia Strube de Lima, Luís Caldas de Oliveira & Paulo Quaresma (eds.), *Computational Processing of the Portuguese Language*, 8th International Conference, Proceedings (PROPOR 2008), LNAI 5190, Springer Verlag 2008, pp. 31-40.
- HOFSTADER, Douglas R. *Le Ton beau de Marot: In praise of the Music of Language*. Basic Books, 1997.
- KARLGREN, Hans, <http://www.aclweb.org/anthology/C90-1025>
- KLOBUCKA, Anna, Clémence Jouët-Pastré, P. Sobral, P. Moreira & Amélia Hutchinson. *Ponto de encontro: Portuguese as a World Language*. New Jersey, Prentice Hall, 2007.
- KLOBUCKA, Anna. "Ponto de Encontro: A Escrita de um Manual de Ensino e a Negociação Intercultural em Português". Apresentação nas III Jornadas Pedagógicas do Português (Falun, 15-16 oktober 2015).
- LONDRIM, Graciete, Diana Santos, Fabiana Michalsen & Heidi Jansen. *Viva!* (título preliminar), Fagbokforlaget, 2016.
- PINTO, Paulo Teixeira. "Valor económico da língua portuguesa". In *Atas do Encontro Internacional Língua Portuguesa e Culturas Lusófonas num universo globalizado*. União Latina, 2010, pp. 143-146.
- POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas: Mercado de Letras, 2006.
- SANTOS, Diana. "O tradutês na literatura infantil traduzida em Portugal", *Actas do XII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística* (Lisboa, 1-3 de Outubro de 1997), 1998, pp. 259-274.
- SANTOS, Diana. "Processamento computacional da língua portuguesa: Documento de trabalho". 1999, <http://www.linguateca.pt/branco/index.html>

- SANTOS, Diana. “Porquê processamento computacional do português e não processamento de linguagem natural?”. 24 de Março 1999. <http://www.linguateca.pt/branco/Porque.html>
- SANTOS, Diana. “Toward Language-specific Applications”. *Machine Translation* 14 (2), June 1999, pp. 83-112.
- SANTOS, Diana. “Breves explorações num mar de língua”, *Ilha do Desterro* 52, 1, jan/jul 2007. Florianópolis – SC: Editora da UFSC, 2007, “Corpus linguistics”, edited by Marco Rocha, pp. 127-150.
- SANTOS, Diana. “Corporizando algumas questões”. In Stella E. O. Tagnin & Oto Araújo Vale (orgs.), *Avanços da Lingüística de Corpus no Brasil*, Editora Humanitas/FFLCH/USP, São Paulo, 2008, pp.41-66.
- SANTOS, Diana. “Caminhos percorridos no mapa da portuguesificação: A Linguateca em perspectiva”. *Linguamática* 1, 1, Maio de 2009, pp. 25-58.
- SANTOS, Diana. “Translation and categorization”. Presentation at Smaksprøver på språkforskning -- seminar for masterstudenter og forskere ved ILOS, Universidade de Oslo, 22 de Setembro de 2011. <http://www.linguateca.pt/Diana/download/TranslationAndCategorization.pdf>
- SANTOS, Diana. “Porquê o Páxico? Razões para uma avaliação conjunta”. *Linguamática* 4 (1), Abril de 2012, pp. 1-8.
- SANTOS, Diana. “Corpora at Linguateca: Vision and roads taken”, in Tony Berber Sardinha & Telma de Lurdes São Bento Ferreira (eds.), *Working with Portuguese Corpora*, Bloomsbury, 2014, pp. 219-236.
- SANTOS, Diana. “Como estudar variantes do português e, ao mesmo tempo, construir um português internacional?”, apresentação no Contact, Variation and Change: corpora development and analysis of Iberoromance language varieties workhop, Estocolmo, 7-8 de abril de 2014. <http://www.linguateca.pt/Diana/download/VariantesPIGSCP.pdf>
- SANTOS, Diana. “A Gramateca: uma infraestrutura para estudar gramática da língua portuguesa”. *A Folha*, outono de 2014, pp. 1-4. http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha46_pt.pdf
- SANTOS, Diana. “Portuguese language identity in the world: adventures and misadventures of an international language”. In Elizaveta Khachatryan (ed.), *Language – Nation – Identity: The questione della lingua in an Italian and non-Italian context*, Cambridge Scholars Publishing, 2015, pp. 31-54.
- SANTOS, Diana. “Språkdidatikk i skole, med vekt på portugisisk”. Apresentação no Faglig-pedagogisk dag, UiO, 29. oktober 2015. <http://www.linguateca.pt/Diana/download/AprDidatikk2015.pdf>
- SANTOS, Diana, Luís Miguel Cabral, Corina Forascu, Pamela Forner, Fredric Gey, Katrin Lamm, Thomas Mandl, Petya Osenova, Anselmo Peñas, Alvaro Rodrigo, Julia Schulz, Yvonne Skalban & Erik Tjong Kim Sang. “GikiCLEF: Crosscultural issues in multilingual information access”. In Nicoletta Calzolari, Khalid Chou-

- kri, Bente Maegaard, Joseph Mariani, Jan Odijk, Stelios Piperidis, Mike Rosner & Daniel Tapias (eds.), *Proceedings of the International Conference on Language-Resources and Evaluation (LREC 2010)* (Valletta, Malta, 17-23 de Maio de 2010), ELRA, pp.2346-2353.
- SILVA, Flávia Santos da & Guilherme Fromm. “Alice no País dos Neologismos: um estudo à luz da Linguística de Corpus”, *Scientia Traditionis* 11, 2012, pp. 293-309.
- SOARES DA SILVA, Augusto. “Integrando a variação social e métodos quantitativos na investigação sobre linguagem e cognição: para uma sociolinguística cognitiva do português europeu e brasileiro”, *Revista de Estudos Linguísticos* 16, n. 1, jan./jun. 2008, Belo Horizonte, pp. 49-81.
- SOARES DA SILVA, Augusto (ed.). *Pluricentricity: Language Variation and Sociocognitive Dimensions*. Mouton de Gruyter, 2014.
- SOARES DA SILVA, Augusto. “The cognitive approach to pluricentric languages and to the pluricentricity of Portuguese: What’s really new?” In Rudolf Muhr, Eugênia Duarte, Amália mendes, Carla Amoós Negre & Juan A. Thomas (eds.), *Pluricentric languages and non-dominant varieties worldwide: Pluricentric Languages across continents – Features and usage*. Peter Lang, 2015.
- SOARES DA SILVA, Augusto, Amadeu Torres & Miguel Gonçalves (eds.), *Línguas Pluricêntricas: Variação Linguística e Dimensões Sociocognitivas. Pluricentric Languages: Linguistic Variation and Sociocognitive Dimensions*. Braga: Aletheia, Publicações da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa, 2011.
- STEINER, George. *After Babel: aspects of language and translation*. Oxford: Oxford University Press, 1992 (primeira edição: 1975).
- TAVEIRA, Paula & Diana Santos. “Ensaio sobre a revisão da oralidade”. Apresentação no XXXI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística (28-30 de outubro de 2015, Universidade do Minho). <http://www.linguateca.pt/Diana/download/AprAPL2015.pdf>
- WYLER, Lia. *Línguas, poetas e bacharéis: Uma crônica da tradução no Brasil*. Rocco, Rio de Janeiro, 2003.

Literatura mencionada

- Maria Paula de AZEVEDO. *Quatro Raparigas*.
- Louise May ALCOTT. *Little Women*. 1868
- Jorge AMADO. *Capitães da areia*.
- Lewis CARROLL. *Alice in Wonderland* e *Behind the looking glass*.
- Mia COUTO. *Mar me quer*.
- MACHADO DE ASSIS. *Contos escolhidos*. Martin Claret, 2006.
- Marshall MCLUHAN. *The Gutenberg Galaxy*. (1962) *War and Piece in the Global Village*. (1968)

ONDJÁKI. *A AvóDezanove e o segredo do soviético.*

PEPETELA. *O quase fim do mundo.*

Margarida REBELO PINTO. *Mariana, meu amor.*

J. K. ROWLING, *Série Harry Potter.*

J. D. SALINGER. *The Catcher in the Rye.*